



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO
DE JANEIRO, REALIZADA NO DIA 23 DE
SETEMBRO DE 2015.

1 Aos 23 dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às treze horas e trinta e
2 quatro minutos, reuniu-se na sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação
3 em Gestão e Estratégia, o Colegiado do Curso de Graduação em
4 Administração Pública com a presença dos seguintes professores: BIANCCA
5 SCARPELINE DE CASTRO, RONALDO RAASCH, PAULO RICARDO DA
6 COSTA REIS, EDUARDO KINDER ALMENTERO, RUBIA CRISTINA
7 WEGNERDOS, MARCOS FERREIRA, MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
8 BATISTA, representantes discentes: MARCELO SOARES ANTUNES
9 (MATRÍCULA 2012455245), NATHÁLIA CÂNDIDO DA SILVA (MATRÍCULA
10 2012455288), sob a presidência da primeira. Iniciando os trabalhos, a senhora
11 presidente realizou a votação de aprovação da ata da 20ª reunião de colegiado
12 do curso de graduação em Administração Pública, encaminhada previamente
13 por e-mail. **Esta ata foi aprovada por unanimidade.** A seguir foi iniciada a
14 discussão do segundo ponto de pauta: pré-requisitos das disciplinas
15 obrigatórias. A senhora presidente apresentou a nova matriz curricular do
16 curso, aprovada na 19ª. Reunião de Colegiado e as discussões foram
17 iniciadas. **Foi decidido por unanimidade que** a disciplina Fundamentos do
18 Pensamento Administrativo será pré-requisito para Teorias Organizacionais.
19 Cadeia de Suprimentos na Administração Pública será pré-requisito para
20 Gestão de Compras e Licitação, que será pré-requisito para Gestão de
21 contratos, convênios e consórcios públicos. Políticas Públicas e Sociedade
22 continuará sendo pré-requisito para Elaboração de Políticas Públicas, que será
23 pré-requisito de Avaliação de Políticas Públicas. Contabilidade Nacional se
24 manterá como pré-requisito de Finanças Públicas. Comportamento

25 Organizacional e Dinâmica Humana na Administração Pública será pré-
26 requisito de Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública.
27 Trabalho de conclusão de curso I será pré-requisito para Trabalho de
28 conclusão de curso II. Por fim, Tecnologia da Informação Aplicada à
29 Administração Pública I será pré-requisito de Tecnologia da Informação
30 Aplicada à Administração Pública II. No que se refere a essa última, os
31 representantes discentes apontaram a necessidade de relacioná-la com as
32 demais disciplinas do curso, principalmente Orçamento Público e Gestão de
33 Contratos e Convênios. Eles argumentaram que a disciplina Tecnologia da
34 Informação Aplicada à Administração Pública II será considerada mais atrativa
35 quando conseguir relacionar a informática aos grandes temas e problemas da
36 Administração Pública. Desta maneira, os representantes discentes pediram ao
37 professor Ronaldo Raash para propor à professora Rosa Motta uma serie de
38 temas que poderiam ser tratados de maneira transversal nas suas disciplinas.
39 O professor Ronaldo Raasch aceitou a solicitação. Em seguida foi retomado o
40 debate com a decisão unanime de retirar os pré-requisitos das disciplinas
41 Administração Municipal e Estágio curricular supervisionado. Seguidamente, foi
42 tratado o terceiro ponto de pauta: Finalização da discussão das disciplinas
43 optativas. A professora Biancca Castro informou que infelizmente não
44 conseguiu trazer as ementas das disciplinas IH190 - Legislação trabalhista, IH
45 958 - Formação Histórica do Mundo contemporâneo, IH407 - Formação
46 Econômica e Administrativa do Brasil, e IH 173 - Análise de Demonstrações
47 Contábeis. Na reunião anterior tinha ficado ao seu cargo a responsabilidade de
48 apresentar tais ementas, mas isso não foi possível. Desta maneira, ela
49 novamente ficou encarregada de buscar essas ementas e encaminhar para os
50 demais membros do colegiado de curso de Administração Pública. Só assim
51 eles poderão tomar uma decisão sobre a pertinência de mantê-las como
52 disciplinas optativas. Dando prosseguimento, foram analisadas mais duas
53 solicitações de criação de disciplinas optativas. Depois de certa discussão as
54 disciplinas Diálogos com a Administração Pública (Cidades Constitucionais) e
55 Análise dos recursos de Tecnologia da Informação na Gestão Pública foram
56 aprovadas por unanimidade. Sobre o quarto ponto de pauta (Ementas das
57 novas disciplinas do curso) foi decidido que a professora Biancca Castro iria
58 encaminhar um e-mail para os demais professores do Departamento de

59 Ciências Administrativas e Contábeis envolvidos com o curso de Administração
60 Pública solicitando que esses elaborem as ementas das disciplinas constantes
61 na nova matriz curricular. As ementas precisarão estar de acordo com o
62 modelo da Deliberação do CEPE, N°. 69, e devem ser discutidas e aprovadas
63 na próxima reunião do colegiado. O Professor Paulo destacou que essa pode
64 ser uma oportunidade para os professores reverem todas as disciplinas do
65 curso, inclusive aquelas que foram mantidas, mas que podem ser atualizadas
66 na ocasião da aprovação da nova matriz curricular. No que se refere à
67 Proposta para a discussão do Projeto Político e Pedagógico do Curso (quinto
68 ponto de pauta) foi definido que os professores envolvidos com as Comissões
69 de Estágio e de Atividades Acadêmicas Complementares poderão ajudar na
70 elaboração do documento. A professora Biancca Castro ficou responsável por
71 encaminhar o Projeto Político e Pedagógico do Curso em formato eletrônico
72 para que os professores pudessem contribuir. O sexto ponto de pauta era
73 sobre o Planejamento da transição das matrizes curriculares. Sobre esse ponto
74 o professor Ronaldo Raash alertou que serão necessárias algumas
75 informações para dar andamento ao processo. Entre essas informações estão
76 as perguntas: quais as regras para estabelecer equivalência entre as
77 disciplinas? Qual a porcentagem de disciplinas equivalentes que poderemos ter
78 entre as matrizes curriculares? Quais são as regras da universidade sobre a
79 transição de matrizes curriculares? O próprio professor Ronaldo Raash se
80 colocou a disposição para buscar essas informações e trazer na próxima
81 reunião de colegiado. Todos concordaram. Em seguida a professora Biancca
82 Castro informou que não é possível a participação dos discentes na comissão
83 de Estágio. A professora destacou que essa informação foi obtida após uma
84 consulta nos regulamentos da Universidade e uma conversa com a Técnica em
85 Assuntos Educacionais, Aurea Lunga. A razão para tal é que a comissão do
86 estágio é um espaço pedagógico e não uma comissão administrativa. Desta
87 forma, apenas os docentes poderão fazer parte da mesma. Imediatamente, foi
88 iniciada a discussão sobre a criação do Conselho de Classe do curso de
89 Administração Pública (oitavo ponto de pauta). Os professores presentes
90 defenderam a necessidade de criação do Conselho, como um espaço em que
91 os docentes discutirão questões pedagógicas e disciplinares relacionadas ao
92 curso. O Conselho será convocado para atender demandas específicas, sendo

93 que as decisões que forem tomadas no mesmo devem passar pelo crivo do
94 colegiado do curso de Administração Pública. **A criação do Conselho foi**
95 **aprovada por unanimidade.** Com essa decisão a reunião foi encerrada às
96 dezessete horas. Esta ata foi lavrada por BIANCCA SCARPELINE DE
97 CASTRO e, após leitura e aprovação, será assinada por todos os presentes.

Viktor Ferreira

Breno Cruz

Biancca Scarpeline Castro